

GÊNERO: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ÉRICO VERÍSSIMO

BACELLAR, Isabel da Silva¹

MOURAD, Leonice Aparecida Pereira²

RESUMO

Este artigo apresenta como o ensino de sociologia aborda as questões de gênero nas escolas. Visto o conceito de gênero ser estudado por décadas entre teóricos /as do feminismo, mas não amplamente usado nos currículos escolares e o tema ser amplamente comentado nos meios de comunicação embora pouco entendido pelos jovens em idade escolar. É importante que o aluno tenha conhecimento sobre a temática para que possa entender a diversidade de gênero na sociedade e principalmente no ambiente escolar. Para tanto será usada com a turma de alunos do 1º ano de ensino médio a metodologia de ensino oficinas pedagógicas por entender que atividades práticas nas escolas tendem a inserir o estudante na temática abordada. Os estudantes puderam participar da atividade com a confecção de painéis ilustrativos e com legendas que abordaram a identidade de gênero e a desigualdade de gênero. E como atores numa peça teatral onde puderam representar com gestos e ações como a desigualdade de gênero faz parte do cotidiano das pessoas. Este trabalho apresenta observações feitas durante a pesquisa as quais poderão contribuir com os educadores à incutir nos alunos o conhecimento e entendimento acerca do ensino sobre a temática do estudo de gênero. Contribuindo assim para que possam participar do debate da temática sem demonstrarem estranheza à diversidade de gênero que poderão encontrar na escola.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Ensino; Escola; Oficina

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar como “Estudo de Gênero” é proposto no currículo da educação básica a partir do estudo de caso da Escola Érico Veríssimo. Objetiva, verificar o quanto a abordagem e os métodos de ensino usados pelos educadores se tornam compreensíveis aos educandos. Propondo relatar experiência de oficinas da educação básica com a temática “estudo de gênero”.

¹ Graduanda em Ciências Sociais / UFSM.

² Professora Orientadora, Doutora no Departamento de Metodologia do Ensino CE / UFSM.

Diante da abordagem do tema durante o Estágio Curricular D em sala de aula foi analisado o quanto os alunos entendem a questão do estudo de gênero e como lidam com a abordagem, assim como, as relações de gênero se dão entre os alunos. Para tal verificação foi realizada uma análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola a fim de averiguar se o tema Estudo de Gênero compõe o currículo escolar.

Onde foi possível verificar que a temática tem pouca relevância no currículo escolar e no livro didático o estudo de gênero é lecionado como tema transversal. Foi realizada uma entrevista com a atual diretora da escola e com o professor titular da disciplina de sociologia.

Além da observação do comportamento dos alunos quanto a diferenças de gênero tanto em sala de aula como nos intervalos e no recreio, foi feito um levantamento com a direção, professores e alunos da escola sobre dúvidas e assuntos considerados tabus referentes ao estudo de gênero entre alunos do ensino médio, assim foi proposto para a turma do 1º ano do ensino médio a realização de oficinas pedagógicas com confecção de painéis e com representações teatrais que abordem e problematizem o tema em questão.

A metodologia empregada no ensino possibilita o desenvolvimento de meios de dinamizar o entendimento dos conteúdos curriculares por parte dos alunos. É tarefa de o educador elaborar e refletir sobre quais métodos irá propor bem como organizar as ferramentas adequadas para uma melhor abordagem.

Assim o professor fará uso de estratégias na escolha da metodologia que será realizada para facilitar que o aluno alcance o conhecimento desejado com a metodologia. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998) descrevem as atividades práticas como importante elemento para o entendimento do conhecimento. Esta atividade é acompanhada de reflexão e discussão de ideias sobre o saber em questão.

No primeiro momento foi abordada a história do Ensino Médio e suas reformas bem como a intermitência do ensino de sociologia na educação básica. Após foi analisado como o “estudo de gênero” é abordado no currículo da escola e como os educadores o abordam. No terceiro momento foi analisado como os alunos se comportam diante da discussão do tema, assim como, durante a realização de oficinas, com a finalidade de contribuir para maior interação e compreensão do tema por parte dos alunos..

1. AIGUNS APONTAMENTOS TEÓRICOS SOBRE OS PRINCIPAIS CONCEITOS DE PESQUISA

Nesta seção faremos uma breve discussão bibliográfica acerca dos principais conceitos de pesquisa com destaque para os que seguem nas subseções: O Ensino médio no Brasil, Estudo do Ensino de Sociologia no Brasil, Reflexões Acerca do Estudo de Gênero na Educação Básica.

1.1 O Ensino Médio no Brasil

O Ensino médio brasileiro passou por várias mudanças no decorrer da história da educação no Brasil. Nos anos de 1960 e 1970, o ensino médio (antigo 2º grau) tinha formação específica. A partir da LDB de 1996 o ensino médio assume uma formação de caráter mais geral, adquirindo uma “progressiva obrigatoriedade” e tem como eixos principais as noções de trabalho com o objetivo de habilitação profissional conforme as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, e de cidadania (MOEHLECKE, 2012).

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) foram aprovadas em 1998, sendo substituídas por novas diretrizes para a Educação Básica em 2010 e para o Ensino Médio em 2012. Conforme Legislação Educacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que foram divulgados em 2000 são “referenciais” para o Ensino Fundamental e Médio de todo o país. O objetivo é garantir que todas as crianças e jovens brasileiros, mesmo em locais com condições socio econômicos desfavoráveis, tenham o direito de usufruir do conjunto de conhecimentos como necessários para o exercício da cidadania. Não possuem caráter de obrigatoriedade e, portanto, pressupõe-se que serão adaptados às peculiaridades locais. A partir de discussões e avaliações acerca dos PCNs resultou nas Orientações Curriculares Nacionais (OCNs) publicadas em 2006 (HAYDT, 2006).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de 1998 o conteúdo é dividido no currículo do Ensino Médio em três áreas de conhecimento.

- Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.
- Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias.
- Ciências Humanas e suas Tecnologias.

Posteriormente as DCNs de 2012 colocam a matemática num eixo à parte, constituindo quatro áreas de conhecimento. Nos DCNs, PNCs, OCNs encontram-se

conceitos como “tecnologias”, “competências e habilidades”, “componentes curriculares”, “disciplinas”, “eixos temáticos”, com os quais o currículo e as expectativas em relação ao Ensino Médio são articulados. A análise desses documentos mostra a compreensão da expectativa do Estado com relação ao papel das Ciências Humanas e da Sociologia no Ensino Médio (SOUZA, 2017).

Conforme a LDB (1996) artigo 21:

A educação escolar compõe-se de:

I -educação básica, formado pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

II- educação superior.

Segundo Souza (2017) com a nova reforma do Ensino Médio sancionada pelo presidente da república Michel Temer em 2017 o currículo do ensino médio será definido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A nova lei determina como a carga horária do ensino médio será dividida, pois constarão as áreas chamadas de “itinerários formativos” que são:

- Linguagens e suas tecnologias.
- Matemática e suas tecnologias.
- Ciências da natureza e suas tecnologias.
- Ciências humanas e sociais aplicadas.
- Formação técnica e profissional.

As escolas não serão obrigadas a oferecer para o aluno as cinco áreas,mas, deverão oferecer ao menos um dos itinerários formativos. A carga horária será ocupada em 60% obrigatoriamente por conteúdos comuns da BNCC, sendo que 40% da carga horária serão optativos, conforme a oferta da escola e interesse do aluno seguindo o que for determinado pela Base Nacional. O aluno poderá se concentrar em uma das cinco áreas mencionadas (FAJARDO, 2017).

A reforma prevê que até 2024 50% das escolas e 25% das matrículas na educação básica estejam no ensino de tempo integral. Atualmente a carga horária do ensino médio é de 800horas por ano e a intenção segundo o Ministério da Educação e Cultura(MEC) coma nova lei no prazo de cinco anos as escolas de ensino médio do Brasil terão a carga horária de mil horas por ano.

Segundo Fajardo (2017) existem críticas à reforma do ensino médio e uma delas é saber se uma escola de rede pública não terá como oferecer todos os itinerários formativos o que pode reduzir o potencial do estudante, isto poderia fazer com que amplie as

desigualdades de oportunidades educacionais. Ainda há a preocupação por parte de educadores e educando de ter sido tirado da LDB a garantia de que algumas disciplinas já consolidadas como artes, educação física, filosofia e sociologia continuem como sendo aplicadas ao ensino médio (FAJARDO, 2017).

O Ensino Médio ao ser colocado como etapa final da Educação Básica é o que constitui em termos de lei a principal mudança. Portanto, o Ensino Médio é reconhecido como parte da Educação Básica, precisando atender às expectativas gerais sobre a formação do aluno e não apenas prepara-lo para o ensino superior ou para profissões técnicas. Também induz à obrigatoriedade, que até o momento, nos diversos documentos, consta como progressiva obrigatoriedade. Uma terceira mudança é exigência da sua ampliação tanto em número de matrículas quanto em suas modalidades como ensino noturno e ensino para jovens e adultos (MEC, 2016).

1.2 O Estudo do ensino de Sociologia no Brasil

A obrigatoriedade e inclusão da Sociologia nos currículos do Ensino Médio proporciona a inserção dos saberes das Ciências Sociais nos níveis de formação básica. Mas sabemos conforme a história da educação no Brasil que a disciplina de Sociologia vez por outra foi tirada dos currículos e dos projetos políticos pedagógicos (PPP) das escolas de ensino básico.

Desde o final século XIX as Ciências Sociais são ministradas no Brasil, faziam parte deste campo a Antropologia, a Ciência Política, a Economia, o Direito, a História, a Geografia, a Psicologia, a Estatística e a Sociologia. Durante esse tempo decorrido até os dias de hoje houve documentos, artigos, manuais didáticos de como ocorreu o ensino destas disciplinas. Os saberes das Ciências Sociais entraram nos currículos da escola secundária através da Sociologia, História, Geografia, Economia, Educação Moral e Cívica, Estudos Sociais. Embora buscando autonomia científica para estas outras disciplinas foi com a inclusão da Sociologia no período de 1925 a 1942 que foram identificadas evidências da institucionalização e sistematização do estudo da sociedade. O ensino de Ciências Sociais/ Sociologia se dava de forma autodidata nos ensinos de preparação do curso de Magistério e nas Escolas Normais e Secundárias. Nesse período produziram-se manuais de Sociologia que foram escritos por professores e pensadores que embora formados por outras áreas passassem a dedicar-se à Sociologia (SOUZA, 2017).

Na segunda metade do século XIX com as reflexões sobre o sobre temas como o abolicionismo e a constituição da república houve a busca da cientificização da explicação sobre a sociedade. No período de 1840 a 1930 os autores das Ciências Naturais incorporam teorias e conceitos sociológicos ao discurso de políticos e de intelectuais, assim, surgiram as primeiras iniciativas de pesquisa empírica e implantação do ensino da disciplina em cursos não especializados (NOGUEIRA,1981).

Desde 1870 houve iniciativas de intelectuais de incluir a Sociologia nos cursos de Direito, da formação de militares, da escola secundária. Podemos citar a iniciativa de Rui Barbosa com a Reforma do Ensino em 1882 onde propôs as disciplinas Elementos de Sociologia e Direito Constitucional para a escola secundária e Sociologia no lugar do Direito Natural nos cursos de direito. As explicações dos católicos e do Direito filosófico e metafísico não eram suficientes para responder aos dilemas levantados pelos pensadores e intelectuais. Tal proposta não foi adiante no Parlamento (MORAES, 2010).

Mas em 1890 o então Ministro da Guerra Benjamin Constant instituiu o ensino de Sociologia e Moral nas Escolas do Exército. Com a reforma o ministro tinha como princípios orientadores a Liberdade e a Laicidade do ensino e a gratuidade da escola primária. Um ano após a promulgação da reforma Constant falece e a reforma não foi avante. Assim a Sociologia saiu do currículo em 1901 com a Nova Reforma Epiácio Pessoa sem que tivesse sido ofertada (MORAES, 2010).

O ensino de Sociologia por décadas se deparou com disputas entre as explicações católicas e jurídicas ante explicações positivistas, evolucionistas e cientificistas que apareceram nos manuais de Sociologia após 1925, quando a Reforma de João Alves Rocha Vaz incluiu a Sociologia nas Escolas Normais e na Escola Secundária. O fato da Sociologia ser ensinada nas escolas propiciou um mercado de ideias, de conteúdos que precisavam ser dinamizados e ordenados(MORAES, 2010).

Primeiramente a Sociologia surgiu no ensino através do uso do livro didático e em seguida, houve a criação de faculdades e universidades para formar professores especializados nas novas áreas. Muitos pensadores autodidatas nas Ciências Sociais formados em Direito, Medicina, Engenharia, entre outras, especializaram-se em Sociologia e exerceram o ensino nas cátedras criadas nas Escolas Normais e Faculdades de Direito escreveram manuais de Sociologia os quais contribuíram com a organização e elaboração das teorias e métodos sociológicos no Brasil (MEUCCI, 2000).Entre os

pensadores podemos citar Gilberto Freyre em Recife, Fernando de Azevedo em São Paulo, entre outros.

Com o contexto dos anos de 1930 a 1964 onde tivemos a expansão do capitalismo, urbanização e industrialização houve a abertura de possibilidades à formalização das Ciências Sociais/Sociologia. Entre as inclusões e exclusões do ensino de Sociologia podemos citar a exclusão da disciplina em 1942 com a Reforma de Gustavo Capanema com o objetivo de desvincular o ensino secundário do ensino superior. Aliado a isto tal reforma refletia a condição política e social no Brasil. Segundo Moraes (2013, p. 56) “As estruturas de poder existentes fundavam-se nos princípios do populismo nacionalista e fascista e o ensino era destinado, dentre outras finalidades a promover a consciência humanística e dar preparação intelectual geral”.

Assim a Sociologia tinha um caráter mais preparatório do que formativo, com formação humanística, moral e religiosa que havia se perdido na Reforma de Francisco Campos que tinha um currículo com um caráter científico. Podemos notar que o ensino de Sociologia visava “inserção social passiva e harmônica do indivíduo na sociedade” (MORAES, 2013, p. 56) assim como os valores normativos da organização social republicana e no atendimento dos filhos da elite como êxito no progresso dos estudos. Ocorreu assim a institucionalização da Sociologia na escola média como parte da formação complementar do aluno para o exame vestibular da classe média.

Após os debates em torno do ensino de Sociologia e com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (1961) em que não se apresentou avanços com relação à reinclusão do ensino. Cabia ao Conselho Federal de Educação a indicação das disciplinas obrigatórias e a Sociologia não fazia parte das indicações. Mas com a Resolução de nº7, de 23 de dezembro de 1963 do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, dizia que o ensino de Sociologia seria uma disciplina optativa dos cursos clássico, científico e eclético.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional amparou o ensino no sentido da unificação do sistema de ensino e de sua descentralização. Posteriormente as Reformas na Educação no ano de 1968 e a Reforma do Ensino de 1º e 2º grau de 1971 que profissionalizou o ensino de 2º grau. Nessa última Reforma foi incluído no currículo a disciplina Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e propôs a Educação Moral e Cívica e a Educação Religiosa como disciplinas obrigatórias. Dentre os objetivos da

Educação Moral e Cívica era o fortalecimento da Unidade Nacional e o culto à obediência a lei, com inspiração a antiga Reforma Capanema que dizia: “Deus, Pátria e Família” criados pelo movimento integralista, partido fascista dos anos 1930 (MORAES, 2013).

Assim percebemos que o ensino de Sociologia foi excluído do ensino médio porque era entendido como sinônimo de comunismo. Desde seu nascimento no século XIX na época das duas revoluções tanto a industrial quanto a francesa, a Sociologia apresenta um caráter intervencionista. A lei 7.044 (1982) propôs o fim da obrigatoriedade e da profissionalização no 2º grau, dando origem a Resolução nº06 do Conselho Federal de Educação que reformulou o currículo do 2º grau e o ensino de Sociologia passou a constar no currículo principalmente nos cursos acadêmicos. Assim passou-se a pensar a escola de ensino médio voltado para a construção do direito à cidadania. Mediante a luta e mobilizações de sociólogos, políticos, educadores e estudantes e com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte de 1986, as esperanças de que a Sociologia voltasse a fazer parte do currículo escolar retornou.

Em 1989 é criada a Federação Nacional dos Sociólogos (FNS) assim como a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) entidade de caráter acadêmico. No ano 1989 em Minas Gerais os profissionais das Ciências Sociais e Filosofia conseguiram incluir um artigo na Constituição Estadual, tornando obrigatório o ensino de Sociologia e Filosofia no 2º grau. No ano seguinte as disciplinas voltaram a serem lecionadas nas salas de aula, o ensino se estendeu a outros Estados do Brasil. E em 1996 com a promulgação da Lei nº9.394/96 onde estabelece o domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia, passou a ser cobrada nos vestibulares. Com a aprovação da obrigatoriedade do ensino de Sociologia no ensino médio no ano de 2008, houve um aumento do número de cursos de licenciatura também surgimento de cursos de formação continuada para os profissionais que atuavam na educação básica (BRASIL, 1996).

A partir da obrigatoriedade do ensino abriu-se oportunidades de profissionais egressos das Ciências Sociais atuarem nas escolas. Ainda como forma de continuidade à luta de manter a disciplina de Sociologia no ensino médio foi criada em 2013 a Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS). O ensino de Sociologia é lecionado na escola básica nos três anos do ensino médio, conforme o Ministério da Educação e Cultura (MEC) no governo de Michel Temer até o final do ano de 2018 as escolas terão

que se adequar à Nova Reforma do Ensino Médio onde o ensino de Sociologia passará a fazer parte da interdisciplinaridade das disciplinas no ensino médio, assim a Sociologia entre outras disciplinas como a Filosofia deixarão de serem obrigatórias.

A constante luta dos sociólogos e intelectuais para que o ensino de sociologia não seja excluído da educação no Brasil decorre da importância não apenas declarar que o indivíduo tem direito à cidadania mas que o cidadão possa ter o pensamento crítico bem como possibilidades de problematizar situações do seu cotidiano estas naturalizadas as quais perpetuam às gerações (MORAES, 2013).

A desigualdade de gênero esteve presente na educação escolar desde os primórdios na história da educação e se apresentou primeiramente quando o ambiente escolar era predominantemente masculino ou quando as meninas eram separadas para estudar em instituições distintas com a supervisão da igreja. Conforme Senkevics apud Charlot (2014) os liceus femininos (escola onde eram ministrados os três últimos anos do ensino secundário) foram criados na França em mil oitocentos e oitenta (1880) mediante o sistema republicano com o propósito de manter as meninas sendo educadas segundo o comportamento e influência da igreja. A história da educação nos informa que havia desigualdades de oportunidades educacionais que variavam segundo a classe social e o sexo.

As mulheres eram discriminadas e por preconceitos sexistas no ambiente escolar e na academia, mas por influência do movimento feminista e seu auge em mil novecentos e setenta (1970) as mulheres ingressaram em maior número na academia e passaram a lutar contra os vários tipos de preconceito. Entre estes a luta por melhores salários, representação política como a participação do público e não apenas do privado além de chamar a atenção para os índices de violência doméstica atribuída ao marido ou companheiro mostrando assim que na desigualdade de gênero a mulher era sempre a maior prejudicada.

Na atualidade o estudo de gênero na escola não logra lugar específico no currículo escolar, é lecionado conforme orientação do Ministério de Educação e Cultura (MEC) de forma interdisciplinar com abordagem de temas transversais. Sabe-se que dentro da disciplina de Sociologia existem teorias de vários sociólogos e antropólogos que estudam e abordam o tema de forma desmistificadora e compreensível para que o educando

consiga entender a importância da temática ser relevante no seu aprendizado. **1.3**

Reflexões Acerca do Estudo de Gênero na Educação Básica

Não podemos pensar em estudo de gênero atualmente sem termos como referências os precursores deste pensamento como a antropóloga Margareth Mead em suas obras “Sexo e Temperamento” (1969) e em “Macho e Fêmea” (1971) notamos a inserção do conceito da sexualidade entre meninos e meninas tanto na sociedade americana como nas sociedades tribais: Mundugmur, Arapesh e Tchambuli de Nova Guiné analisadas pela autora onde a sexualidade difere de uma cultura para outra e é apreendida segundo a padronização do temperamento sexual destes onde não se limitam tais comportamentos ao biológico.

A teórica e feminista Joan Scott em “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (1990) com sua obra contribui para que setores da área de ciências humanas reconhecessem a importância das relações sociais que se estabelecem com base nas diferenças percebidas entre o sexo masculino e o sexo feminino que para se discutir a sexualidade esta deva ser encarada como uma construção social.

De acordo com Michel Foucault em “História da Sexualidade 1” (2014) trabalha com a ideia de discurso onde trabalha a questão de como as identidades são discursivamente estabelecidas e analisa como as sociedades modernas são marcadas por uma série de mecanismos como formas disciplinadoras e de regulação da sexualidade. Foucault desenvolve a reflexão de “poder” de que este poder não é a reflexão clássica do poder vinculado só a questões de Estado ou o poder que tem a ver com dominação de classes mas o poder contextualizado que é o poder pulverizado nas relações do nosso cotidiano tanto no âmbito privado quanto nas instituições públicas.

Conforme Foucault,

(...)Esse termo “poder” porém corre o risco de induzir a vários mal-entendidos. Mal entendidos a respeito sua identidade, forma e unidade. Dizendo poder, não quero significar “o poder” como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição a violência, tenha a forma da regra (2014 pg. 100).

Conforme os movimentos feministas na década de mil novecentos e setenta (1970) era necessário repensar a relação de poder num contexto em que vários movimentos questionavam o poder. Nesse sentido a obra de Scott (1990) provoca a reflexão sobre a questão da sexualidade abordando que a partir das formas sociais e

históricas que se dá a organização sobre sexualidades e a ideia vigente de gênero. É importante considerarmos a perspectiva básica de que a sexualidade é uma construção social histórica. Nesse momento histórico havia um aparato discursivo médico, psíquico das ciências - psiques que considerava a heterossexualidade como desejo natural.

A partir do estudo das ciências sociais passou-se a considerar a perspectiva de que a heterossexualidade como uma norma e não algo que teria a ver com uma predisposição biológica. Essa visão vai além da limitação da existência apenas para a reprodução da espécie, alicerçado nas noções sociais de que pela sexualidade passa uma série de fatores, de como sexo é, deve ser e pode ser; normas estas que variam historicamente.

Por exemplo, na Grécia antiga existia uma série de prescrições sobre sexualidades, mas que nada tem a ver com as prescrições contemporâneas. A ideia de que o homem pode apaixonar-se e ter relações sexuais com outros homens não era considerado como não natural, mas no decorrer da história, mas a partir da sociedade moderna, com hegemonia do saber médico nas ciências psicológicas, psiquiátricas e na psicanálise, colaboraram com a ideia que a homossexualidade é patológicas, advindas de desvios psiquiátricos. E conforme Foucault (2005) há uma invenção da homossexualidade no século XIX quando surge a ideia do homossexual como um desviante psiquiátrico mostrando assim que embora os discursos se mostrem neutros, há relação entre saber/poder e tais discursos produzem regime de verdade e são compartilhados e ensinados.

No começo do século XX a ideia de sexualidade era associada a relações afetivas duradouras como o casamento e para a procriação, cenário que teve mudanças na década de 1970 com os movimentos sociais feministas em advento especialmente no século XXI onde foi muito demarcada a questão da sexualidade. Estudos com tema “Estudo de Gênero” por autores da década de 1990 em diante, como Daniela Auad, em seu livro “Educar Meninas e Meninos” (2015) descrevem para professores e educadores maneiras de ensinar meninas e meninos a relação de gênero no ambiente escolar. O argumento central da autora é o que a escola mista (meninas e meninos) se constitui em um meio necessário, mas não o suficiente para a coeducação³. Este argumento se baseia

³ Coeducação: Modo de gerenciar as relações de gênero na escola, de maneira a questionar e reconstruir as ideias sobre o feminino e sobre o masculino. Política educacional que prevê um conjunto de medidas e ações a serem implementadas nos sistemas de ensino, nas unidades escolares, nos afazeres das salas de aula, nos jogos e nas brincadeiras dos pátios. (AUAD, D. 2015, pág. 79).

num estudo de caso da escola a qual a autora denominou Escola do Caminho (nome fictício) que se situa em São Paulo, Brasil, visto a escola ficar no trajeto pelo o qual a autora se dirigia todos os dias até a universidade onde analisou as séries de ensino fundamental do primeiro ao quarto ano.

Neste estudo a autora analisou as práticas diárias dos alunos combinado com análise de outras instituições educacionais. No seu trabalho Auad (2015) procurou entender as dinâmicas de gênero entre as crianças porque segundo ela existe uma escassez de estudo nesse sentido no Brasil e acabamos dependendo das pesquisas estrangeiras sobre o tema.

A autora analisou o espaço escolar e pedagógico onde se dão as relações de gênero, as brincadeiras no pátio da escola, a ocupação de espaços, disputas e hierarquias e verificou que havia predominância de ocupação do espaço sonoro pelos meninos na sala de aula. Os meninos eram a maioria das crianças que falavam alto, mostrando capacidade de liderança conforme é em nossa sociedade, isto fazia com que chamassem atenção da professora assim a mestre interagia com mais frequência com os meninos falantes, demonstrando diferenças na relação entre professora/aluno e professora/ aluna. As meninas pareciam agir como se sua melhor contribuição fosse ajudar a professora na manutenção da ordem da classe.

Quanto às atividades no pátio da escola em que as crianças se ocupavam no recreio eram diferenciadas e divididas em: atividades exclusivas das meninas, atividades exclusivas de meninos, atividades mistas (meninas e meninos) sem predominante reforço de desigualdade entre o masculino e o feminino e atividades mistas com claro reforço de desigualdade entre o masculino e o feminino. Com diferenciações de brincadeiras entre meninos e meninas acentua-se de um lado a liberdade de movimentos e a violência potencial que eram atribuídos às brincadeiras de meninos como futebol, lutas e corridas e do outro lado as brincadeiras de meninas onde estas ficavam sentadas nas muretas e nos cantos do pátio conversando.

Segundo a análise da autora as professoras não eram más ou machista mas temiam a contestação de valores e papéis tradicionalmente estabelecidos e que tais questionamentos abalasse valores éticos como a família e a imagem das mulheres como “civilizadoras”. Ainda defende a escola mista, pois em determinados sistemas de educação há ensino separatistas, e que aliado a escola mista a coeducação proporcionará

o questionamento e reconstrução das ideias sobre o feminino e o masculino. Quanto ao conceito de coeducação refere-se a um conjunto de ações ordenadas e sistematicamente voltadas para atuação e êxito dos professores e alunos no que tange a práticas pedagógicas (AUAD, 2015).

A escola torna-se um ambiente onde práticas, gestos, movimentos e sentidos são produzidos e incorporados por meninos e meninas um espaço onde se aprende a olhar e a se olhar, a ouvir, a falar e a calar, bem como a preferir. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores “bons” e decentes e rejeite os indecentes, aprenda o que, a quem e como tocar, fazendo com que tenha algumas habilidades e não outras (LOURO, 2012). E é nesse espaço escolar que os alunos atentam para as diferenças mostrando que não são sujeitos passivos receptores de imposições externas que se envolvem e são envolvidos nesse processo de aprendizagem porque reagem, recusam ou ainda assumem suas diferenças.

Na escola antiga ensinavam-se os alunos a forma de sentar e de andar como forma de produzir um corpo escolarizado fazendo distinção entre meninos e meninas, segundo esses manuais a postura reta dos indivíduos como a cabeça e tronco era indicativo do caráter e virtudes do aluno (LOURO,1995). As marcas da escolaridade também eram vistas no sujeito, era notável quando uma jovem estudava numa escola normalista ou se um rapaz fosse aluno de curso militar ou seminarista. Certamente estes antigos treinamentos escolares foram superados, mas existem hoje novas formas, regras, teorias e conselhos que são produzidos segundo novos instrumentos e práticas educativas.

Assim a escola de hoje imprime sobre os sujeitos suas teorias e práticas através de múltiplos mecanismos escolarizando corpos e mentes. A escola acaba por fabricar sujeitos através da disciplina, pois esta é técnica que sujeita os indivíduos como objetos e instrumentos do seu exercício. Estes se dão pelos decretos e regulamentação das instituições através do discurso de autoridade. Embora seja perceptível esta fabricação dos sujeitos pela disciplina devemos voltar nosso olhar para as práticas cotidianas no contexto escolar. Poderíamos nos perguntar: é natural que meninas e meninos se separem na escola para trabalhos de grupos e para as filas? Ou é preciso aceitar que a escolha dos brinquedos seja diferenciada segundo o sexo de cada um? Enfim tantas outras perguntas nesse sentido seriam apropriadas. É preciso questionar não apenas o que é ensinado, mas a forma como é ensinado e que sentido os alunos dão ao que lhes é ensinado. É necessário

atenção à linguagem que é usada pelo professor procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que frequentemente a linguagem carrega e institui. Conforme Louro

(...) tão ou mais importante do que escutar o que é dito sobre os sujeitos, parece ser perceber o não – dito, aquilo que é silenciado – os sujeitos que não são, seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não poderem ser nomeados. Provavelmente nada mais é exemplar disso do que o ocultamento ou a negação dos/as homossexuais- e da homossexualidade- pela escola. (2012 p.67)

Levantar a questão de “estudo de gênero” de como é ensinada pela escola e entendida pelos alunos pode ser determinante para que o educando encare a diversidade de gênero de forma não preconceituosa como parte de seu cotidiano. Numa sociedade que existe diferenças de gênero pressupõe que o estudo de gênero nas escolas deve ser incluído desde seus primeiros conceitos, é importante sabermos adequar o ensinamento aos educandos sem deixar de perceber as concepções e crenças que estejam em contato com o cotidiano dos alunos, pois não podemos estudar gênero no contexto atual sem nos atermos a sua historicidade.

1.4 Alguns apontamentos bibliográficos

Uma estratégia de ensino são as oficinas pedagógicas. O que são, e qual sua importância? As oficinas pedagógicas são uma estratégia de ensino e aprendizagem que possibilita a troca de relações entre alunos e professores sendo considerado um meio de articulação, integração e estimulação do saber. A principal característica de uma oficina pedagógica é a prática do saber onde os atores envolvidos (alunos / professores) participam com posicionamentos, questionamentos e análise do saber conforme seu cotidiano e vivências.

Ao realizar uma oficina pedagógica com os alunos o professor deve levar em conta qual é o objetivo principal do tema escolhido e como esta abordagem beneficiará os alunos no ambiente educacional bem como o poder de ação que esta forma de ensino contribuirá para que o aluno aprenda a trabalhar diversos temas de forma ativa e divertida. Conforme Piaget (1972), os estudantes adquirem muito mais conhecimento através de situações concretas, e as experimentações constituem um grande instrumento de aprendizagem, pois através delas os alunos observam, pensam e agem.

As oficinas pedagógicas nas escolas são um recurso didático que possibilitam aos educadores estratégias de ensino e podem ser empregados pelos professores facilitando a

compreensão dos conteúdos pelos alunos, juntando a teoria à prática. Proporcionam aos educandos compreender e articular os conceitos dos conteúdos e mostrar como pode-se gerar ações concretas à partir da vivência, execução e construção de tarefas coletivas. As oficinas são usadas como troca de conhecimentos entre educadores e educandos sendo a prática e a teoria fundamentais para realização e sucesso deste recurso didático.

Conforme Vieira e Volquind. (2002 p.11) “oficina é uma modalidade de ação”. Na realização de uma oficina são necessários o engajamento do professor, investigação, ação e reflexão do tema proposto onde o pensar, agir e o sentir proporcionam que o conhecimento seja fornecido e transmitido de forma flexível ao educando e tornando possível que o educador perceba as necessidades de aprendizagem dos alunos.

As oficinas pedagógicas têm como propostas de ensino a fabricação de objetos, produção, espaço de invenções e descobertas, tais produções poderão serem feitas tanto de forma individual quanto coletiva a participação nela contribuirá para melhor expressão dos educandos quanto ao conhecimento abordado. Além de problematizar assuntos cotidianos e que tem a ver com a realidade de todos especialmente dos alunos as oficinas contribuem para que o educador possa saber dos interesses e o grau de conhecimento dos educandos tornando assim o processo de aprendizagem mais significativo, pois as atividades práticas nas oficinas proporcionam aprendizagens que não são alcançadas somente em aulas teóricas.

A participação dos alunos nas oficinas requer preparação antecipada e assim são colocadas na prática seus conhecimentos, sabendo que estarão sendo avaliados no momento.

O tema que proporei com a realização de oficinas em uma turma de 1º ano do ensino médio será sobre o estudo de gênero. Com a abordagem pretendo inserir tópicos como identidade de gênero, desigualdade de gênero, comunidade LGBT entre outros. Com o andamento do meu estagio D poderei colocar-me a par sobre o entendimento do tema pela turma e então racionalizar com eles e entender o quanto os alunos compreendem sobre a temática. Por participarem das oficinas terão a oportunidade de se expressarem em palavras e ações.

2. Oficinas Pedagógicas

Nesta subseção faremos uma discussão sobre as oficinas realizadas na escola Érico Veríssimo. Antes de apresentar as oficinas faremos uma breve apresentação da escola, discussão sobre os dados biográficos da turma 101 do 1º ano do ensino médio, bem como o diagnóstico descritivo da turma e o diagnóstico analítico antes e após a intervenção com atividades das oficinas pedagógicas.

2.1 Apresentação da Escola

A escola de Educação Básica Érico Verissimo localiza-se na rua Casemiro de Abreu no bairro Perpétuo Socorro na cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul, Brasil.

As etapas da educação desenvolvidas na escola é do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, ensino médio diurno e educação de jovens e adultos (EJA) tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio no período da noite, tendo como número total de 500 estudantes nos turnos da manhã, tarde e noite. No geral os estudantes pertencem à classe média baixa onde seus genitores são profissionais na construção civil como carpinteiros, serviços gerais e funcionários públicos, a renda familiar é de um salário à cinco salários mínimos.

A equipe de gestão da escola é composta pela diretoria, coordenação, grupo de conselho escolar onde pertencem um representante dos professores, um representante de alunos e um representante dos servidores na qual é feita uma eleição para a escolha destes onde o prazo de gestão é de dois anos. Atualmente a escola tem um número de 54 professores. A escola norteia seu trabalho de educação no Projeto Político Pedagógico (PPP) e se baseia na realidade da Educação Brasileira, pode-se dizer que há avanços importantes nas pedagógicas o mesmo não se pode dizer em relação à valorização dos salários dos professores. Embora os professores não sejam os únicos agentes no processo educativo, eles são fundamentais para o desenvolvimento de uma educação sistematizada e de qualidade.

Os educadores da instituição idealizam a Escola como pública e de qualidade: Uma escola mais democrática, humana, desenvolvida, atualizada e integrada entre si, uma escola participativa e com mais recursos didáticos e presença afetiva da família. Nesta escola é idealizado um professor comprometido, participativo, atuante, seguro, criativo, alegre, incentivador, ético, valorizado, com bom relacionamento e preocupado com o

futuro de seus alunos, exercendo um trabalho eficiente baseado numa linha de ação pedagógica comum, engajado no contexto social e que estimule o senso crítico, a justiça e a solidariedade e o respeito mútuo a diversidade e diferenças entre os alunos.

O aluno ideal é o aluno consciente, responsável, crítico, interessado, participativo, integrado, motivado a preservar o patrimônio da escola com acompanhamento e apoio familiar e envolvido nas mudanças político-sociais. Conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola faz parte do currículo a prática pedagógica capaz de promover a produção do saber escolar a partir do inter-relacionamento de saberes populares (bagagem de conhecimento do aluno).

O currículo escolar deve contribuir para a construção de um conhecimento comprometido com a melhor compreensão e transformação do mundo por isso a escola vê como primordial a difusão dos conteúdos culturais universais reavaliados face das realidades sociais dos alunos e procura ensinar a pedagogia crítica-social dos conteúdos para que os educandos possam interpretar suas experiências de vida e defender seus posicionamentos. Este conhecimento é sistematizado e selecionado das bases das ciências e os modos de ação acumulados pela experiência social da humanidade e organizado para serem trabalhados na escola considerando as características específicas da clientela da comunidade escolar.

Nos planos de aula que são elaborados pelos professores nas reuniões pedagógicas os mesmos procuram atender aos princípios da interdisciplinaridade e privilegiam a valorização da questão ambiental e a diversidade cultural dos seus alunos

A escola possui um bom espaço físico para realização de esporte e lazer como: duas quadras de esportes cobertas e um campo de futebol, ampla sala de jogos, área coberta com música para entretenimento dos alunos no intervalo do recreio, sala de informática com livre acesso aos alunos, auditório equipado com aparelhos de som, sala de recurso destinada a crianças especiais, biblioteca, laboratório de ciências biológicas. Além do espaço destinado a orientação educacional como o SOE e a sala de estudos.

2.2 Dados Biográficos da Turma

As aulas da turma 101 do 1º ano do ensino médio são realizadas no período da manhã, é composta de 20 alunos sendo 12 meninas e 8 meninos com idade variada entre 13 e 16 anos de idade. Na realização do estágio curricular C entre outras turmas pude observar que a turma 101 se destacava em comportamento por ser muito agitada e

inquieta, porém participativa no andamento das aulas o que contribuiu para que eu escolhesse realizar o estágio curricular D com a turma.

Logo que comecei o atual estágio tive a oportunidade de participar do conselho de classe da turma onde os professores fizeram suas observações referente a cada aluno. A maioria deles não possuem dificuldades cognitivas de aprendizagem, porém há casos de alunos que não mantêm a frequência regular como o caso de dois meninos que trabalham eventualmente no período da manhã. A maioria dos alunos mora em bairros próximos da escola e não trabalha, alguns vivem com os pais e outros apenas com a mãe que geralmente trabalha fora de casa para manter a família.

A seguir na figura número 1 foto ilustrativa da turma:

Figura 1 – Turma de alunos



acervo da autora

2.3 Diagnóstico descritivo da turma

Durante o estágio curricular D entrevistei a diretora da escola bem como o professor responsável pela disciplina de sociologia para verificar como a escola abordava o tema “estudo de gênero” com os alunos. A diretora me informou que o tema era abordado de forma interdisciplinar, e não propriamente como estudo de gênero, mas, sim como temas transversais ao que conforme eu havia visto de antemão no PPP da escola. O

professor responsável pela disciplina me informou que pouca coisa havia sido lecionado aos alunos sobre estudo de gênero.

Durante a realização das aulas especialmente quando abordei o tema “estudo de gênero” com a turma pude observar que os alunos possuem muito pouco conhecimento sobre o tema, quando mencionei que abordaria gênero com a turma os mesmos demonstraram curiosidade pelo tema, talvez até por este ser pouco mencionado também no livro didático recurso muito usado pelos professores na escola.

No momento em que os alunos foram inqueridos sobre o que entendiam sobre o tema eles comentaram: “é um assunto não falado na escola por ser delicado demais e por não se ter conhecimento evita-se comentar”. Entre comentários dos mesmos percebe-se receio de tocar no tema, às vezes até certo medo por não saberem expressar - se sobre gênero. Propus aos alunos fazermos pesquisas, conversarmos e tirarmos suas dúvidas sobre gênero. Usei como estratégia de ensino oficinas onde todos puderam participar confeccionando dois painéis que abordaram o estudo de gênero bem como participaram como atores em um teatro onde era simulado um relacionamento abusivo.

2 Inserção das oficinas

Primeiramente foram confeccionados pela turma dois painéis sobre “identidade de gênero” e desigualdade de gênero” onde o grupo de 20 alunos foram divididos em dois grupos os quais ficaram cada grupo responsável pela confecção de um dos painéis. O 1º painel sobre identidade de gênero abordou o conceito de gênero, orientação sexual e sexo. O 2º painel sobre desigualdade de gênero abordou as desigualdades existentes entre homens e mulheres no tocando ao mercado de trabalho suas remunerações e afazeres tanto na vida pública quanto a vida privada bem como o reconhecimento do trabalho da mulher na sociedade sendo usado gravuras e gráficos informativos.

Numa outra oficina sobre a mesma abordagem foi realizado uma representação teatral onde os alunos simularam um relacionamento abusivo. As /os estudantes formaram dois grupos, Grupo A e grupo B, no entanto, fizeram duplas (A+B).

No 1º momento da atividade, foi pedido ao grupo B que se retirasse da sala. Com o grupo A que ficou na sala, foi comunicado a eles que deveriam simular um relacionamento amoroso abusivo, possessivo e ciumento a (a outra parte da dupla não saberá desta questão).

Num 2º momento da atividade os estudantes participariam de um debate onde todos poderiam manifestar-se como se sentiram ao representar uma situação do cotidiano que mostra a desigualdade de gênero e como reagiriam diante desta.

A seguir fotos ilustrativas de números 2,3 e 4 da turma durante a participação da oficina com a confecção dos painéis.

Figura 2- Confeção dos murais



Acervo da autora

Figura 3 - Confeção dos murais



Acervo da autora

Figura 4 - Trabalho finalizado



Acervo da autora

2.4 Diagnóstico Analítico Antes da Intervenção.

Durante os estágios anteriores ao estágio D na Escola Estadual de Ensino Básico Érico Verissimo na qual observei aulas de sociologia em turmas de 1º, 2º e de 3º anos do ensino médio tive oportunidade de acompanhar as dinâmicas das aulas e pude observar que o tema “estudo de gênero” é associado a temas transversais e é apresentado com pouca relevância no livro didático de sociologia e muito pouco trabalhado em sala de aula.

Conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola o tema é associado com outros tópicos como adversidade cultural, etnias, preconceitos sem haver maior valorização da importância do estudo de gênero. Por isto, fiz uma enquete com os alunos da turma 101 a qual realizei o Estágio Curricular Supervisionado D sobre o que eles saberiam e quais suas dúvidas sobre a questão do estudo de gênero. Pude constatar por suas observações uma vontade deles discutirem o tema, mesmo eles (alunos) não conseguindo expressar-se bem e concordando que o tema em questão faz parte do cotidiano dos jovens na sociedade, escola e na família. Conforme os comentários e opiniões dos alunos antes de suas participações nas oficinas são principalmente na escola que deve haver espaço para esta discussão.

2.6 Diagnóstico Analítico Após Intervenção

As aulas foram realizadas de forma expositiva sempre com a participação dos alunos com leitura dos textos bem como incentivados à pesquisa sobre o tema na internet visto haver pouca informação no livro didático. Dentro da questão de gênero foi abordado a identidade de gênero, desigualdades de gênero onde os alunos confeccionaram painéis ilustrativos os quais foram pendurados no corredor da escola de fácil visualização de todos.

Durante a primeira oficina onde os alunos confeccionaram dois painéis pode haver interação dos alunos com o tema e muitas questões pertinentes foram sanadas pelos mesmo como por exemplo o que é sexo, gênero, a diferença de identidade sexual e orientação sexual. Pude observar que os alunos compreenderam a abordagem também durante realização da segunda oficina onde os mesmos interpretaram papéis de atores simulando um relacionamento abusivo. Após o teatro foi realizado um debate com a turma onde todos participaram mas um aluno em especial chamou atenção aos demais colegas quando foi pedido para este expressar-se sobre a experiência ao que ele disse que é constrangedor ferir ou maltratar alguém mesmo que esta pessoa se diga namorado/a do outro. Realmente foi animador ver que os jovens entenderam que um relacionamento abusivo muitas vezes começa no namoro e se propaga durante a vida conjugal do casal fazendo parte dos altos índices de violência doméstica.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de Sociologia no Brasil é recente e intermitente, pois, durante vários períodos históricos foi retirado da educação básica. Muito embora nos últimos anos tenha conseguido um lugar nos currículos escolares, se vê novamente ameaçado, com a reforma do ensino médio proposta pelo presidente Michel Temer.

A concepção do ensino de Sociologia tem muito a ver com a conjuntura social, política e econômica da sociedade em que se insere. Iniciou como um estudo relacionado ao ensino da moral e bons costumes a classes sociais abastadas e somente após um caminhar teórico e histórico adquiriu o status de disciplina na educação básica. Portanto, está sujeito a modificações de acordo com o contexto em que é inserido, bem como, pelos expoentes teóricos de cada tempo o que provoca a reflexão de qual o papel social do ensino de sociologia.

Nesse sentido o debate de gênero a partir do ensino de sociologia demonstra o caráter político-pedagógico da disciplina na educação básica. Esse caráter político se dá no que se refere ao combate às desigualdades sociais, dentre as quais, está a desigualdade de gênero. Portanto, é possível constatar a necessidade do ensino de sociologia contemplando o debate de gênero nas escolas.

A partir da experiência de estágio na escola Érico Veríssimo foi possível constatar que as questões de gênero permeiam o cotidiano dos estudantes, muito embora, frequentemente eles não consigam categorizar as problemáticas cotidianas com a palavra/categoria gênero. No momento em que isso é percebido, muitos questionamentos emergem, pois, a desigualdade de gênero é reproduzida no contexto escolar, onde, se aprende a viver em sociedade. Nesse sentido, a metodologia de oficinas mostrou-se eficaz em propiciar esse debate. Cabe ressaltar a dificuldade dos professores em abordarem essa temática o que faz emergir o questionamento se os docentes estão preparados para inclusão dessas pautas em seu método de ensino. Segundo Freire (1987) o ensino não é neutro e não havendo discussão de temas que visem a emancipação corre-se o risco de perpetuar desigualdade

REFERÊNCIAS

AUAD, D. **Educar Meninas e Meninos**. Relações de gênero na escola 2º Ed São Paulo: Contexto, 2015.

BRASIL. **LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf> Acesso em 24 nov. de 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Segunda versão. Brasília: MEC, 2016.

FAJARDO, V. Entenda a Reforma do Ensino Médio. Portal G1 Educação, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/entenda-a-reforma-do-ensinomedio.ghtml>> Acesso em 24 de nov. de 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 31. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. **A pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- FOUCAULT, M. **A História da Sexualidade 1.** 2014
- HAYDT, R. C. C. **Curso de Didática Geral.** 8. Ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.
- LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação Uma perspectiva pós – estruturalista.** 14 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- LOURO, G. L. **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade.** 3º Ed. Belo Horizonte. Editora Autêntica 2013.
- MADUREIRA, A; UCHOA, A. **Curso de graduação e curso de mestrado em psicologia do Centro Universitário de Brasília.** Temas em Psicologia, v. 23. Ribeirão Preto: 2015.
- MEUCCI, S. **A Institucionalização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos** Campinas: IFCHUnicamp, 2000.
- MOEHLECKE, S. **O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações.** Revista Brasileira de Educação, 2012. Disponível em :<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27522482003>> Acesso em 24 de nov. de 2018.
- MEAD, M. **Macho e Fêmea.** Um Estudo dos Sexos Num Mundo em Transformação. Editora Vozes Ltda. 1971
- MEAD, M. **Sexo e Temperamento.** William Morrow and Company, Ind. New York.: 4º Ed. 1935
- MORAES, M. **Sociologia: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação.** Coleção Explorando o Ensino, V.15. Secretária de Educação Básica 2010.
- MORAES, M. **Curso de Especialização em ensino de sociologia para o ensino médio.** Cuiabá: Central de Texto, 2013.
- NOGUEIRA, O. **A Sociologia no Brasil.** In: FERRI, M. G.; MOTOYAMA, S. (Org.). História das Ciências no Brasil. São Paulo: EPU, 1981. p. 181-234.
- PIAGET, J. **Psicologia e pedagogia.** Rio de Janeiro: Forense, 1972.
- SCOTT, J. **Gênero: Uma Categoria útil de Análise Histórica.** 1990 SENKEVICS, Adriano. **Gênero e educação: uma história de desigualdades.** São Paulo: 2014. Disponível em: <<https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2014/01/22/genero-e-educacao-uma-historiade-desigualdades/>> Acesso em 01/10/2018
- SOUZA, Lucas. **Sociologia no Ensino Médio: entre a contingência e essencialidade.** Cadernos de Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. V. 1, nº1. São Paulo: 2017.
- VIEIRA, E; VOLQUIND, L. **Oficinas de ensino: o quê? Por quê? Como?** Porto Alegre: Edipucrs.(2002)